

EXPLODEM AS DESPESAS COM EDUCAÇÃO

Rosângela Dolis e Renata Regina

Fevereiro é o mês em que os pais com filhos em escolas particulares, além de pagar a mensalidade, têm de comprar o material e os livros didáticos, uniforme, tênis, mochila, lancheira e, muitas vezes, acertar as contas da condução escolar. E, quando se soma o dinheiro que cada item desses vai exigir, só dá para chegar a uma conclusão: o salário vai acabar bem antes do mês.

Histórias de famílias relatadas ao lado mostram que se comprometerá com a educação das crianças uma fatia do orçamento que pode ser de 20%, quando os pais podem transferir para as crianças menores os uniformes e livros deixados pelas maiores, ou superior a 40%, quando não dá para fazer essa economia toda. Uma fatia bem maior do que os 9,38% calculados pelo Dieese em dezembro de 91, na sua estrutura de consumo, ou seja, na tabelona de despesas que uma família média tem todo o mês para enfrentar seu dia a dia.

Para mandar os filhos à escola os pais desembolsarão, em média, Cr\$ 350 mil por criança — calculam presidentes de associações de pais e alunos. Se for preciso pagar ônibus escolar, some aí outros Cr\$ 70 mil, no mínimo. No final, são cerca de Cr\$ 420 mil por criança, ou Cr\$ 840 mil, quando há dois para educar. Para uma família com o privile-

giado rendimento de Cr\$ 2 milhões líquidos mensais, isso significa que 42% do dinheiro será consumido com as despesas escolares.

E, então, vai dar para a família pagar essa conta?

José Maurício Soares, responsável pela pesquisa do Índice de Custo de Vida do Dieese, acha que não. "Ou faz despesas 'por conta', para pagar depois, ou muda para uma escola mais barata ou pública", diz ele.

Foi o que fizeram Idir Martin Ascêncio e sua esposa. Com três filhas na escola, o casal estaria pagando Cr\$ 600 mil só de mensalidade, se elas tivessem continuado os estudos no Colégio Augusto Laranja. "Transferidas para o Liceu Eduardo Prado, as meninas somarão uma despesa com mensalidade de Cr\$ 350 mil", ele diz. A outra opção, de procurar a escola pública, parece que também foi adotada por muitos pais. Basta lembrar-se das filas que se formaram diante das escolas públicas neste mês.

Preço alto

Além da mensalidade alta, os pais vão encontrar os livros e materiais didáticos com preço bastante salgado. "A alta de 698,70% no setor da educação foi a segunda maior entre todos os itens pesquisados pelo Dieese, e só perdeu para os 734% detectados no item recreação e fumo", salienta José Maurício, do Dieese. Enquanto isso, os salários de uma categoria forte como a dos bancários subiu apenas 333%.

Mas o golpe de misericórdia no bolso dos pais deve ser dado mesmo em março. Nesse mês, a lei autoriza que 70% do aumento dado aos professores, em sua data-base, seja repassado para os câmbios. E, aí, o aumento da mensalidade será tanto maior quanto menor tiver sido a antecipação salarial concedida pela escola aos seus professores.

No Pueri Domus, por exemplo, os professores tiveram apenas 121% de antecipação entre março de 91 e janeiro de 92. Quer dizer, se fosse para os professores fazerem o acerto agora em fevereiro e quisessem apenas repor a inflação de 379% destes últimos 11 meses, deveriam solicitar um aumento de 117% sobre os salários de janeiro. Setenta por cento disso, ou 82%, poderiam ser despejados na mensalidade de fevereiro, elevando o valor de Cr\$ 240.584,00 cobrado em janeiro para Cr\$ 437.862,00.

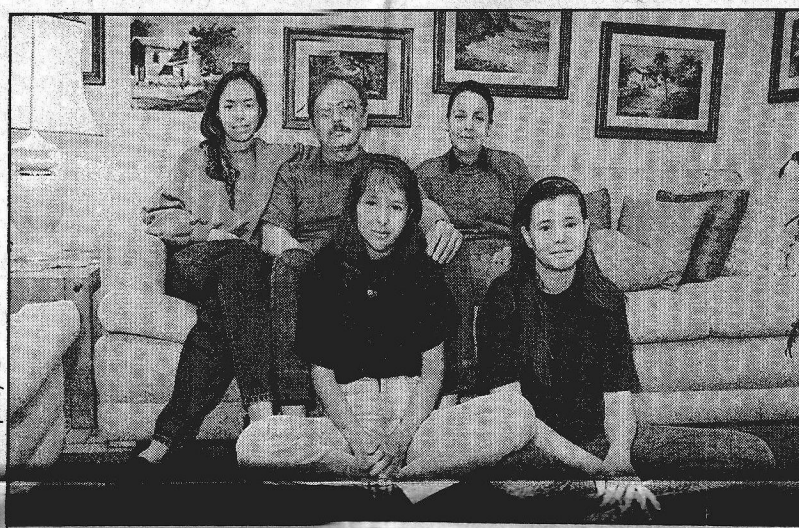


Fernando Sampaio/AE

TRANSFERÊNCIA ADIADA

O plano era o de transferir a caçula Fabiana, de 12 anos, este ano, para o Colégio Arquidiocesano, na Vila Mariana, onde já estuda a irmã, Michelle, com 14 anos. Mas o casal Flávio e Josefa Dapper precisou adiar a transferência. "A mensalidade inicial cobrada pelo Arquidiocesano, de Cr\$ 200 mil, é o dobro da paga no Centro de Ensino de Tecnologia e Comunicação Ltda (Cetec)", argumenta Josefa.

A família fez as contas, e concluiu que 42,50% do rendimento mensal líquido de Cr\$ 1,6 milhão obtido pelo casal, ou Cr\$ 690 mil, vão ser destinados à educação. Com o curso de inglês, que as duas frequentam, lá se vão outros Cr\$ 70 mil. Aí, são 47,50% do dinheiro investido na educação. "A sorte", diz Josefa, "é que a gente vendeu um carro para quitar o apartamento, senão, como seria para pagar a prestação agora?"



Fernando Sampaio/AE

DE FILHA PARA FILHA

Na casa de Paulo Adriano Niel Freire e Maria Olímpia Prado Alves Freire a situação não é tão dramática quanto na de Ana Nery e Otávio, onde os gastos com educação, em fevereiro, podem comprometer toda a renda familiar.

Mesmo assim, a mensalidade escolar das filhas do casal que estudam no Colégio Notre Dame, em São Paulo, vai comer mais de 20% da renda em fevereiro.

Em janeiro, por sua conta e risco, Paulo Adriano deduziu da mensalidade escolar (Cr\$ 216 mil) os Cr\$ 152 mil da reserva de vagas, pagos ano passado. Portanto, pagou apenas Cr\$ 128 mil pela mensalidade das duas filhas. E tem sorte: como tem três filhas, de 18 anos, 17, e 14 anos, o material escolar e o uniforme vão passando da maior para a menor, ano após ano, o que dispensa maiores gastos com educação.



Itamar Miranda/AE

ESTE ANO, SEM FÉRIAS.

Era para o casal Mônica e Wadyr Leal de Godoy Filho estar de férias, viajando com as três crianças, como costumava fazer todos os anos nessa época. Neste ano, não deu, e eles ficaram por aqui mesmo, procurando distrair a turma em casa. E não poderia ser diferente. Como viajar, se a família terá de desembolsar, em fevereiro, cerca de Cr\$ 900 mil para manter as crianças na escola?

Esse gasto corresponde a 45% do rendimento da família. Juntos,

Wadyr, dentista, e Mônica, agente de viagens, trazem para casa cerca de Cr\$ 2 milhões por mês. Para os dois meninos, na pré-escola, não será preciso comprar material escolar, uma vez que a taxa de matrícula de Cr\$ 120 mil cada um inclui essas despesas. Nem uniforme, que a escola não adota. Com a menina, no entanto, não vai dar para evitar despesas. O casal já estima gastos de Cr\$ 120 mil com a lista de materiais e de Cr\$ 40 mil com o uniforme.



Alcides Viana/AE

MISSÃO IMPOSSÍVEL

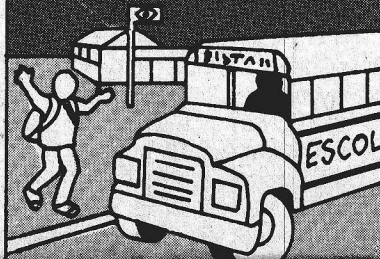
Para Ana Nery de Castro, diretora de programa da Televisão Cultura, e Otávio Donasci, artista plástico, pagar a mensalidade escolar de seus três filhos, em fevereiro, será uma missão quase impossível, já que isso vai corresponder a mais de 90% da renda familiar deles.

Agora, confira: sem contar o uniforme, que a família não pretende comprar, tem Cr\$ 637.500,00 de mensalidade escolar em fevereiro, considerando-se

um reajuste de 25% sobre janeiro, mais Cr\$ 337.500,00 de taxa de material coletivo, mais Cr\$ 90.000,00 com livros e Cr\$ 52 mil de gasolina, no mínimo.

Os gastos da família seriam de Cr\$ 975 mil só com a escola dos filhos Daniel (3ª série do 1º Grau), Paulo (1ª série do 1º Grau) e Flávio (pré-escola). Em janeiro, o casal ganhou Cr\$ 900 mil, e não tem previsão de aumento para o mês que vem.

Quanto custam dois filhos na escola



Mensalidade	Cr\$ 250 mil (média)
Livros e materiais didáticos	De Cr\$ 180 mil a Cr\$ 200 mil
Uniforme	De Cr\$ 80 mil a Cr\$ 100 mil
Calçado	De Cr\$ 40 mil a Cr\$ 60 mil
Mochila e lancheira	De Cr\$ 50 mil a Cr\$ 70 mil
Ônibus escolar	De Cr\$ 140 mil a Cr\$ 180 mil
Conclusão:	para manter dois filhos em escola particular, os pais terão de desembolsar em fevereiro algo entre Cr\$ 740 mil a Cr\$ 860 mil. Numa família com rendimento de Cr\$ 2 milhões, essa despesa corresponde a até 43% do orçamento.

OS PAIS VÃO À LUTA PARA BAIXAR A MENSALIDADE

A mobilização dos pais, para garantir que as escolas cumpram as leis ou, pelo menos, não pratiquem aumentos abusivos, pode evitar que o orçamento doméstico continue sendo apertado contra a parede todos os meses para caber mais um reajuste da escola. É o que mostra a negociação mantida pelos pais de alunos do Colégio Elvira Brandão com a escola e a batalha que vem sendo travada pelos pais de alunos do Colégio Magno.

Após 44 dias de muita conversa, a direção do Colégio Elvira Brandão e os pais de alunos ali matriculados ultimavam na semana passada os pontos do acordo. Embora a escola ainda informasse que "nada estava resolvido e que a negociação prosseguia", os pais já comemoravam a anulação de um contrato com base no qual a escola poderia dar reajustes quando bem entendesse e do tamanho que escolhesse.

Nesse documento, estaria assegurado que todo aumento, antes de ser efetivado, deve ser apreciado pela comissão. "Nesse acordo, a escola teria garantida sua rentabilidade, mas, de nosso lado, temos a certeza de que não virão por aí aumentos abusivos", comemora Márcio T. Valadão, da comissão de pais.

Para chegar a esse bom termo, no entanto, muita água passou debaixo da ponte. Desde 10 de dezembro de 1991, quando a escola divulgou seus preços para o ano de 92, os pais saíram a campo, questionando o valor fixado. E conseguiram impor à escola uma comissão de negociação. Essa comissão concluiu que os preços propostos, em média Cr\$ 188 mil, estavam supervalorizados. "Nossa avaliação apontou que esse custo médio deveria cair para Cr\$ 128 mil", diz Valadão. Na sexta-feira, os pais pagaram aquela média de Cr\$ 188 mil proposta pela escola a título de



Milton Michté/AE

Assim, a Associação recorreu ao MEC, como prevê lei, e espera agora que o MEC faça a intermediação. Se nada for resolvido nessa instância, cogita-se para esta semana uma nova ação judicial, para que a mensalidade fixada pela escola possa ser depositada em juízo, até que a Justiça fixe um novo valor.

Na Justiça

No Colégio Magno, a disputa dos

matrícula, mas a diferença será compensada em fevereiro. "Ainda não sabemos para quanto cairá a mensalidade de fevereiro, mas, mesmo incluindo o repasse de uma antecipação salarial para os professores, o valor não deverá, a princípio, chegar àquele proposto anteriormente pela escola", antecipa Valadão.

pais contra a escola, para garantir regras mais claras para o jogo dos reajustes em 1992, já chegou aos tribunais. Uma ação impetrada pelos pais para garantir a matrícula sem a assinatura do contrato já tem liminar, e isso porque os pais não concordam com algumas das cláusulas contratuais, entre elas: o pagamento da 13ª parcela e a indexação da mensalidade.

Agora, está em discussão o valor da mensalidade inicial de 92. A escola fixou o valor da mensalidade inicial de 92 em 25 de outubro de 91, e dentro dos 10 dias previstos na lei nº 8.170 os pais contestaram o valor fixado. Essa contestação deveria abrir a negociação entre as partes, mas a escola não arredou pé. Assim, a Associação recorreu ao MEC, como prevê lei, e espera agora que o MEC faça a intermediação. Se nada for resolvido nessa instância, cogita-se para esta semana uma nova ação judicial, para que a mensalidade fixada pela escola possa ser depositada em juízo, até que a Justiça fixe um novo valor.

O reajuste, conforme a lei. Mas as escolas ignoram...

Conforme a lei 8.170, a fixação do preço da mensalidade deve ser negociada entre a escola e os alunos, ou pais, a partir de proposta apresentada pela escola até 45 dias antes do início das matrículas. Uma vez apresentada a proposta da escola, os pais têm dez dias para apresentar contestação. E essa contestação só é válida se for apresentada por um grupo de pais ou pela associação de pais que reúna no mínimo o apoio de 10% dos pais ou responsáveis com filhos matriculados na escola.

A lei prevê que, se não houver acordo entre as partes, a questão deve ser levada à Delegacia Regional do Ministério da Educação e Cultura (MEC), para que ela tente um acordo entre as partes. Se persistir o impasse nessa esfera administrativa, então o próximo passo é a instância judicial.

Reajustes

Uma vez assim fixado o valor da primeira mensalidade, a escola deve fazer reajustes de acordo

com a lei nº 8.178, que prevê que as escolas podem aumentar as mensalidades em duas situações:

- 1) Quando reajusta os salários de seus professores, e aí podem ser repassados até 70% do percentual concedido. Mas só podem ser repassados os aumentos concedidos em decorrência de lei, decisão judicial, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.
- 2) Em agosto, por percentual equivalente a 30% do INPC acumulado entre os meses de janeiro e julho.

BARGANHAR PODE SER UMA BOA SAÍDA

Quando os gastos com educação ameaçam implodir o orçamento doméstico, como agora, os pais podem tentar barganhar com a escola um desconto ou um prazo mais esticado para pagar a mensalidade. A inadimplência não é uma boa saída, pois traz constrangimento para o aluno e prejuízo para os pais, com o pagamento de multas e correção monetária.

É bom saber que, em geral, as escolas são receptivas para tratar desse assunto. As soluções, no entanto, são dadas caso a caso, conforme a dificuldade financeira relacionada e comprovada pela família. Mas é importante procurar a escola antes do vencimento da parcela, para não negociar já na condição incômoda de inadimplente.

Algumas escolas reservam uma parte do seu orçamento para atender a solicitações de desconto. É o caso do Equipe, onde 10% do orçamento é destinado para a concessão de bolsas de estudos a alunos cujas famílias enfrentam dificuldades financeiras. Nessa escola, assim como nos colégios Bandeirantes e Pueri Domus, os alunos que têm problemas para manter em dia o pagamento são instruídos a procurar a direção da escola, para que seja encontrada uma solução.

Alguns colégios, temendo a evasão de alunos para a rede pública, estão com promoções, como é o caso do Pequeno Príncipe, que está firmando convênios com empresas. De acordo com o número de alunos que a empresa apresente, a escola oferece bolsas, desconto na mensalidade ou isenção de

matrículas.

Nessa mesma escola, quem tem mais de um filho em período integral paga apenas a metade da mensalidade escolar. No colégio Santo Inácio, o terceiro filho matriculado tem desconto de 10% e o quarto ganha meia bolsa.

Use este argumento

Os pais devem ter consciência de que as escolas não estão perdendo dinheiro quando ampliam seus prazos de pagamento. Elas apenas deixam de ganhar. Recebem adiantado dos pais, no início do mês, e pagam a maioria das despesas, especialmente o salário dos professores, já vencido o mês.

No caso de escolas que emitem carnês vencendo no dia 5 de cada mês e pagam os professores conforme manda a lei, no quinto dia útil do mês seguinte ao trabalhado, a receita para pagar os professores entra bem antes. Ou seja, mesmo que o banco exija, como contrapartida, coisa de dois ou três dias de dinheiro parado no seu caixa, a escola ainda lucra com a aplicação no mercado financeiro de praticamente toda a folha de pagamentos.

Para aliviar o orçamento no início de fevereiro, os pais podem propor à escola pagar agora apenas 30% da mensalidade, e deixar os outros 70% para o final do mês. É que, em média, 70% da mensalidade se destina a cobrir a folha de pagamento.